

Advogados vão ao STF contra Bolsonaro por crime de responsabilidade

Dois advogados foram ao Supremo Tribunal Federal para denunciar o presidente da República Jair Bolsonaro por crime de responsabilidade. O mandado de segurança foi ajuizado nesta segunda-feira (20/4) e distribuído ao decano, ministro Celso de Mello.

Reprodução/Twitter



Bolsonaro participou neste domingo de manifestação de apoiadores pró-intervenção militar no Brasil
Reprodução/Twitter

Na peça, os advogados **Thiago Santos Aguiar de Pádua** e **José Rossini Campos do Couto Correa** pedem que o STF mande o presidente da Câmara dos Deputados analisar a denúncia, no prazo de 15 dias.

Os advogados juntaram ao pedido os documentos que já foram apresentados à Câmara dos Deputados em pedido de abertura de processo por crime de responsabilidade contra o atual Presidente da República. Eles afirmam que a denúncia ainda não recebeu número de protocolo, em razão das restrições de acesso e circulação nas dependências da Câmara dos Deputados com a pandemia do coronavírus.

Os advogados pedem ainda que seja determinado, conforme [decidiu em liminar](#) o ministro Luís Roberto Barroso, que o presidente se abstenha de promover ou participar de aglomeração pública.

Bolsonaro ignorou as recomendações sanitárias e foi às ruas neste domingo (19/4) em uma manifestação de apoiadores pró-intervenção militar no Brasil e disparou palavras de ordem como "[agora é o povo no poder](#)" e "não queremos negociar nada".

No pedido, os advogados reforçam o interesse público em determinar que o presidente apresente seu prontuário médico e cópias dos exames de coronavírus.

"Trinta anos atrás, a propósito, ninguém levaria à sério um professor de Direito Constitucional que usasse em sala de aula o exemplo de um Presidente da República que viesse a se infectar por uma doença letal (e extremamente contagiosa), e ousasse sair em público, potencialmente contaminando as pessoas, em meio a uma pandemia, num contexto em que a ciência e as autoridades mundiais da Saúde



recomendassem determinadas medidas protetivas, mas esse chefe de Estado e de Governo fizesse exatamente tudo em sentido contrário, colocando a vida da população em risco", dizem os advogados.

Clique [aqui](#) para ler o pedido
MS 37.083

Date Created
21/04/2020